

INTRODUÇÃO CENÁRIOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Gustavo Henrique Moraes^I

Ana Elizabeth M. Albuquerque^{II}

<https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4885>

O Plano Nacional de Educação (PNE) expõe, entre suas proposições, as visões de futuro do direito à educação no País. Norteia as políticas educacionais no Brasil com prioridades, objetivos e metas. Percebe as lacunas na efetivação do direito educacional para todos os brasileiros e brasileiras, identifica oportunidades e oferece estratégias à formulação e à avaliação das políticas e dos programas educacionais. Assim, o PNE 2014-2024 aponta diretrizes: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamentam a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de

^I Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e engenheiro em Eletrônica e Telecomunicações pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Privilegia as abordagens que buscam conciliar as esferas qualitativas e quantitativas da pesquisa, respaldadas por abordagens históricas e estatísticas. Pesquisador do Inep ocupando o cargo de coordenador-geral de Instrumentos e Medidas Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais (Direde) do Inep, sendo responsável pelos estudos de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).

^{II} Doutora em Educação e mestre em Gestão da Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Professora de Educação Profissional e Tecnológica. Atua principalmente nos seguintes campos: políticas públicas e gestão da educação; educação profissional e tecnológica.

recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos(as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Para o alcance de suas determinações, destaca-se o papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no monitoramento das metas do PNE, discriminado no artigo 5º da Lei nº 13.005/2014, e na publicação de estudos e pesquisas, das quais fazem parte os *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, linha editorial destinada ao acompanhamento dos campos de estudo das metas do Plano.

Os campos de estudo das metas do PNE envolvem toda a educação brasileira e, de fato, compreendem toda a sua diversidade disposta no território. O número 4, do volume 3 traz uma seleção de oito cenários do direito à educação no Brasil. A publicação desses cenários representa algumas perspectivas para se mirar o direito à educação no País e avaliar sua expansão, suas lacunas e seus desafios. Ao mesmo tempo em que avançamos na missão de garantir educação para todos, as brechas se mostram mais nítidas e os desafios vão se tornando mais definidos. São para esses avanços do direito à educação que o *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais* se propõe a contribuir.

O primeiro cenário se inicia com temática relativa ao fomento à qualidade da educação básica, com o incremento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que determina que seja assegurada aos estudantes aprendizagem em nível suficiente, de forma que todos alcancem, até o final da vigência do Plano, nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. A pesquisa “Foco na aprendizagem: a evolução do aprendizado dos estudantes brasileiros do ensino fundamental a partir do Plano Nacional de Educação” focaliza a análise dos resultados relativos ao aprendizado dos alunos do ensino fundamental no Brasil a partir do início da vigência do PNE.

O segundo cenário focaliza “O Encceja e a Educação de Jovens e Adultos: uma análise do perfil dos participantes e dos motivos do abandono”, estudo que analisa o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), seus participantes por etapa de certificação (fundamental ou médio) e os motivos que estes apontam para terem deixado de frequentar a escola, à luz das políticas de correção de fluxo, de enfrentamento da distorção idade-série e dos fatores como o trabalho, tempo, rendimentos e família.

O terceiro cenário também se trata de um panorama, “As escolas com localização diferenciada e o direito à educação: um panorama (2007-2019)”. A pesquisa se utiliza das informações presentes no Censo Escolar de 2007 a 2019 para apresentar um conhecimento da realidade de estudantes, docentes e escolas localizadas em terras indígenas, áreas remanescentes de quilombos e assentamentos da reforma agrária, as chamadas escolas com localização diferenciada.

O quarto cenário trata do “ICMS-educacional: simulação de alternativas para criação de incentivos fiscais à melhoria do desempenho escolar municipal”. O estudo analisa alternativas para a criação de incentivos fiscais à melhoria do desempenho escolar. Simula a criação do ICMS-educacional em todos os estados brasileiros a partir da construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Idem), adotando como fonte de recursos uma parcela da cota-parte municipal do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) vinculada ao valor adicionado fiscal (VAF). Analisa também alternativas de criação do ICMS-educacional a partir do rearranjo de outros critérios tradicionais de distribuição do ICMS que não o VAF.

O quinto cenário apresenta o “Impacto educacional do mecanismo de repartição da quota-parte do ICMS com os Municípios do Estado do Ceará”. A regra de distribuição da cota-parte do ICMS no estado do Ceará é considerada um importante *benchmark* em termos estratégicos, na medida em que a distribuição de recursos no estado passou a ser vinculada à qualidade educacional dos municípios. O estudo faz uma contextualização geral das leis vigentes em outros estados para a repartição da cota-parte municipal, discutindo as principais semelhanças e diferenças em relação à regra de distribuição cearense, e demonstra que a regra de distribuição do estado do Ceará exerce um substancial impacto positivo sobre os indicadores de desempenho educacional, entretanto, os resultados indicam também aumento da taxa de abandono em relação aos municípios dos grupos de comparação.

O sexto cenário abrange “A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020”, caracterizando as transformações que marcam a expansão recente do sistema de ensino superior brasileiro em cinco tendências principais: democratização do acesso, instituição de ações afirmativas, desequilíbrio público-privado, ampliação do ensino a distância e estratificação horizontal. Conclui-se que a expansão sem precedentes de vagas e matrículas no ensino superior, em conjunto com a diversificação institucional da oferta e políticas inclusivas, levou à heterogeneização do público discente e a uma crescente estratificação horizontal. De um lado, aprofundou tendências já observadas em décadas anteriores, a exemplo do desbalanço entre os setores público e privado e da desigualdade interna do sistema em termos de prestígio e valorização de diplomas. De outro, inaugurou novos padrões, tais como a emergência do ensino a distância e uma participação inédita de segmentos menos privilegiados da sociedade brasileira, com impactos sobre o futuro do sistema.

O sétimo cenário abarca “A educação superior pública na modalidade a distância no Brasil: desafios e possibilidades”. O estudo mostra a evolução da oferta da modalidade de educação a distância (EaD), descrevendo suas principais características organizacionais; investiga o perfil socioeconômico dos estudantes da EaD e examina as experiências mais consolidadas de três estados – Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo – na oferta pública de cursos de graduação EaD.

O oitavo cenário trata da “Educação Profissional no Japão: configuração, desenvolvimento e sinalizações para o Brasil”. A pesquisa delinea considerações sobre aspectos da educação profissional japonesa e sua evolução, buscando contribuir com o debate relacionado ao presente e ao futuro da educação profissional e tecnológica (EPT) no sistema educacional brasileiro, bem como com a consolidação de um corpo de conhecimentos que possa oferecer informações relevantes à formulação e ao desenvolvimento de políticas e ações destinadas ao fortalecimento da EPT no Brasil.

Convidamos o leitor a se apropriar desse esforço coletivo de produção de estudos e pesquisas que traçam cenários do direito à educação no Brasil, produzidos pelos pesquisadores e pesquisadoras da Diretoria de Estudos Educacionais do Inep (Dired) e pesquisadores de outras instituições nacionais e organizados pela Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais (CGIME).